

Dinâmicas familiares e apropriação social do espaço urbano: propostas para um diálogo entre duas especialidades

Eduardo Ferreira¹⁴⁵

Quer teórica quer empiricamente, os estudos sobre a família, por norma, têm vindo a ser emoldurados em contextos sociais e espaciais específicos – o espaço doméstico, a rua, o bairro, a aldeia, a região, só para citar alguns exemplos. Uns inseridos no mundo rural, outros, em meios urbanos mais ou menos desfavorecidos.¹⁴⁶ Nesta medida, talvez a prova mais evidente, dada até à altura, da possível e eficaz parceria entre a sociologia da família e a sociologia urbana, revelou-se através dos diversos trabalhos que versam os temas da marginalidade e da exclusão social, enquanto situações, na maior parte dos casos, decorrentes de processos de segregação sócio-espacial. Mas a proposta que aqui se traz é outra, de um tipo diferente de complicitades, devendo, por isso, ser vista como vindo da parte de quem dá prioridade à análise do espaço e das relações sociais que nele se inscrevem.

De um modo geral, trata-se da possibilidade de perspectivar, hoje, algumas dinâmicas sócio-territoriais, bem como determinadas formas de usufruir da cidade, através da partilha de uma leitura dos principais indicadores estruturais das dinâmicas familiares. Da nossa parte, não deixa de ser uma leitura preliminar, parcial e alternativa de alguns fenómenos relacionados com a problemática do uso e apropriação social do espaço urbano, à luz temática das mais recentes mudanças que, ao nível da família, as sociedades ocidentais contemporâneas têm vindo a evidenciar.

Por outras palavras, julgamos, talvez, ter chegado o momento de a sociologia urbana olhar para determinados modos de vida e práticas sócio-culturais, mais ou menos dependentes da forma como, a partir dos anos 60 e 70, passaram a estar estruturadas e reguladas as relações em família,¹⁴⁷ e tentar conhecer os contornos e a intensidade do seu impacto no território. Aliás, o facto de, actualmente, esta disciplina pôr em evidência, mais do que nunca, a ideia de uma efectiva reciprocidade entre aquilo que são as estruturas territoriais e as práticas sociais que as envolvem, reforça ainda mais a nossa posição.¹⁴⁸

¹⁴⁵ Assistente Estagiário do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

¹⁴⁶ Para uma espécie de sinopse sobre os principais trabalhos efectuados em Portugal que seguiram o binómio família / meio social, veja-se Ana Nunes de Almeida, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall, “Relações familiares: mudança e diversidade”, in António Firmino da Costa e José Manuel Viegas (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998, 58-66.

¹⁴⁷ Como se sabe, é de facto muito vasta a literatura que, no campo dos estudos sobre a família e durante a última década, surgiu a dar conta do tema. Pela justeza do título ao conteúdo e pela forma transversal de tratamento dessa realidade complexa no domínio das Ciências Sociais, veja-se, respectivamente e apenas a título ilustrativo, Pierre Bourdieu, “Des familles sans nom”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 113, Juin 1996 e François de Singly et al., *La famille en questions. État de la recherche*, Paris, Éditions Syros, 1996.

¹⁴⁸ A propósito, veja-se dois dos mais elucidativos textos que, sobre o tema em questão, constituem referências obrigatórias dentro da literatura nacional: João Peixoto, “O elogio da cidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 30 (1990): 97-112 e Isabel Guerra, “A espa-

Parece, pois, ponto assente que do mesmo modo que a estruturação territorial e a diferenciação funcional do espaço urbano são capazes de gerar um campo de forças em torno dos modos de vida testemunhados nas cidades, também as vivências quotidianas urbanas conseguem interferir ao nível da ocupação e diferenciação do território.¹⁴⁹

Assim, e em jeito de aproximação exploratória, a presente comunicação visa sobretudo sublinhar a ideia de que as recentes alterações ocorridas nos papéis sociais da mulher, a importância inédita que a criança passou a ter no plano da gestão do tempo e do espaço familiar ou as tendências actuais que assistem à quebra dos laços de conjugalidade e ao aparecimento de novas formas familiares, podem, de facto, gerar mais efeitos no plano espacial, do que, à partida, seria de esperar (muito embora, como se sabe, nem sempre estes sejam claros dentro dos processos que integram).

Num quadro nacional onde quase todos os indicadores em causa sugerem uma significativa diversidade territorial nos modos de organização da vida familiar, as assimetrias entre o litoral e o interior, entre os centros urbanos e as zonas rurais, relativa à maior ou menor propensão dos fenómenos, acabam por justificar que esta reflexão assente numa base espacial urbana. Na verdade e ainda que aqui não se trate de considerar as dinâmicas familiares contemporâneas como uma característica exclusiva do meio urbano – pois está longe de o ser –, estamos em crer que é, sem dúvida, dentro de determinados quadros da vida *na e da* cidade que melhor poderão inserir-se os exemplos (-limite?) apresentados neste texto.¹⁵⁰ Começemos, então, por aqueles com uma ligação mais estreita a alguns dos actuais processos de consumo.

Pais, filhos e espaços de afectividade

Durante as últimas décadas, com o objectivo de oferecer uma resposta funcional ao chamado “mercado das crianças”, multiplicaram-se um pouco por todas as médias e grandes cidades, e em particular nos centros comerciais, as lojas de brinquedos, de vestuário para a infância e adolescência, bem como os lugares de *fast-food*, onde à criança é dado um destaque especial (quer seja através de linhas específicas de produtos, quer ainda por via da diversão extra que lhe é oferecida no local ou da própria decoração ali evidenciada, quase

cialização da vida social”, in *Povos e Culturas. A cidade em Portugal: onde se vive*, n.º 2, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1987, 171-191.

¹⁴⁹ Tome-se como exemplo o caso concreto dos consumos e a sua articulação com o binómio *dinâmicas familiares-espaço urbano*. Se a diminuição da nupcialidade, da natalidade e da fecundidade, associada ao aumento do número de divórcios e da idade média do primeiro casamento, bem como à intensificação do trabalho feminino, alterou a dimensão e a composição dos agregados domésticos, traçando assim a necessidade de reajustamento de alguns dos mercados já existentes e o nascimento de outros; também ao espaço coube a tarefa de acompanhar essas transformações, reconfigurando-se e especializando-se de forma a fornecer respostas a um outro género de práticas.

¹⁵⁰ Como Vítor Matias Ferreira *et al* demonstraram para o caso da Área Metropolitana de Lisboa, parece existir uma correlação positiva entre o peso relativo de determinados tipos familiares (em particular, as famílias monoparentais e os “isolados”) e o grau de centralidade sócio-urbanística daquele território. Cf. Vítor Matias Ferreira, Walter Rodrigues, José Luís Casanova, Alexandra Castro, Luís Wemans e Teresa Amor, *Lisboa, a Metrópole e o Rio*, Lisboa, Bizâncio, 1997, 128-131.

sempre alusiva ao imaginário infanto-juvenil). Os especialistas em marketing reconhecem, hoje, a importância de se atingir este público “privilegiado”, sobretudo pela influência enorme que o mesmo tem sobre o orçamento familiar, na compra de produtos tão variados que vão desde os brinquedos até a alguns alimentos, atravessando sectores como o do vestuário, o da indústria discográfica ou o da informática.¹⁵¹ Paralelamente, encontramos em espaços colectivos (públicos e semi-privados) outro tipo de marcas da atenção prestada às faixas etárias mais jovens. Por exemplo, os parques infantis e os amplos espaços que, por vezes, se inserem em zonas verdes, proporcionando à criança modos variados de diversão, constituem elementos cada vez mais comuns na actual paisagem citadina. Com uma natureza menos comercial, estes lugares inserem-se, normalmente, na lógica de alguns juízos normativos sobre “a boa forma urbana”, ainda que, nem sempre, isto signifique a total ausência de uma simbiose entre o consumo massificado e o lazer.

Porém, julgamos legítimo sublinhar que a explicação destas formas de produção e organização social do espaço, baseadas em determinados fins de uso e apropriação do mesmo, não fica completa apenas com as respostas que possam vir da parte do marketing ou da urbanística. A sociologia urbana, como é natural, terá um interesse acrescido em pronunciar-se sobre o conjunto de dimensões de análise que, aqui, estão em causa, acabando por fazê-lo nos moldes esperados. Mas não sem que, antes ou durante a abordagem que leve a cabo, tenha de se deixar fecundar por alguns contributos originários da sociologia da família, designadamente por um conhecimento mais aprofundado da infância, sobretudo pelo conhecimento dos vários papéis que, no presente, à criança são atribuídos, bem como das representações que, actualmente, se constroem em seu torno.

De facto, os estudiosos da família acreditam, mais do que nunca, que a criança ocupa uma posição singular dentro da célula familiar. Nos dias que correm e salvaguardadas todas as práticas de violência que ainda pesam sobre os mais novos em meio familiar, ser filho significa ser afilhado no verdadeiro sentido do termo, isto é, contar com a protecção de outrem. Dificilmente isto seria possível se a família, hoje, não fosse, ela própria, um “espaço emocional”,¹⁵² contagiada pelo tal “surto de sentimento” de que nos fala Edward Shorter.¹⁵³ Sem qualquer intenção de seguirmos aqui o caminho do discurso valorativo da família como forma de refutar o da “crise” da mesma, há que afirmar que nem sempre os direitos individuais dominam os inerentes ao grupo.¹⁵⁴ Se é verdade que num tempo de apregoado “individualismo” como é

¹⁵¹ Cf. Bernard Dubois, *Compreender o consumidor*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1999, p. 116.

¹⁵² Cf. António Teixeira Fernandes, “Dinâmicas familiares no mundo actual: harmonias e conflitos”, *Análise Social*, vol. XXIX (129), 1995: 1153.

¹⁵³ Segundo Edward Shorter, foi por via desse “surto de sentimento” que se deu a queda da família tradicional, ao mesmo tempo que emergia a família moderna, com laços mais fortes do que a anterior a aproximar os seus membros, e decidida, de uma vez por todas, a proteger a sua privacidade. Cf. Edward Shorter, *A formação da família moderna*, Lisboa, Terramar, 1995, 9 segs.

¹⁵⁴ O argumento contrário é frequentemente utilizado dentro da linha discursiva da “crise da família”, cf. António Teixeira Fernandes, *op. cit.*, 1153. Um exemplo que o contraria é o das frequentes indecisões que surgem na organização quotidiana da vida familiar, mas que acabam por ser ultrapassadas com recurso a um “ajustamento” de desejos, vontades e aspira-

aquele em que vivemos, tudo se faça para que o bem-estar predomine na nossa vida privada, não deixa de ser curioso que esse mesmo *privado* se situe, cada vez mais, na esfera *familiar* do que na *individual*. E isto tem vindo a ser demonstrado na busca evidente de felicidade e afectividade entre os cônjuges, mas também entre pais e filhos. Daí julgarmos não estarem de todo enganados alguns autores ao concluírem que, relativamente à criança do presente, são, na verdade, avultados os investimentos feitos no plano do desenvolvimento pessoal, dos afectos e do bem-estar material.¹⁵⁵

Trata-se, de facto, de uma aposta que nem a decisão de o casal ter menos filhos do que era habitual no passado, nem mesmo a propensão actual que o fenómeno da divorcialidade atingiu, parecem fazer baixar o seu valor. O contrário, talvez, seja até mais provável de acontecer. Uma hipótese de trabalho interessante consistiria, justamente, em averiguar se quando se opta por ter um número reduzido de filhos, aumenta a probabilidade de ficar demonstrada essa afectividade. Do mesmo modo, poderíamos pensar que quando se é pai (ou mãe) e se sai de um divórcio, acabam por se desenhar estratégias de compensação que visam atenuar os “danos” provocados na relação com o(s) filho(s), deliberando a favor deles mais vezes do que acontecia antes.

Ora, estes e outros aspectos, quando não estruturam, pelo menos acompanham novos estilos de vida e padrões de consumo – quer material quer simbólico –, os quais são (re)criados em espaços seleccionados e segmentados para o efeito. Levar os filhos às compras, a passear ou transportá-los aos locais de prática de actividades desportivas e de lazer, acaba por constituir o prolongamento das relações e das afectividades características do espaço doméstico a outro tipo de espacialidades,¹⁵⁶ o que, quer queiramos quer não, entronca e sublinha a relatividade das tão discutidas problemáticas da “crise” não só do espaço privado e familiar, mas também do espaço público. É bom lembrar, pois, que cada um destes tipos tem um lugar próprio dentro de modelos de socialização específicos, que já não são os do passado, devendo a sua importância relativa, no dia-a-dia dos indivíduos e das famílias, ser entendida em função das mudanças que, recentemente, abanaram alguns padrões de interacção nas sociedades mais desenvolvidas.

Consumos, estratégias residenciais e mobilidade no feminino

Tal como acontece no caso concreto dos mais jovens, também as mulheres têm vindo a desempenhar um papel deveras relevante nos modos de uso do espaço urbano e, por que não dizê-lo, até nas formas de produção do mes-

ções individuais. Entre estas, estão questões tão simples como a decisão sobre aquilo que constituirá o essencial de uma refeição ou o destino das férias em família.

¹⁵⁵ Cf., entre outros, Ana Nunes de Almeida *et al.*, *op. cit.*, 47. Aliás, desde há algum tempo que sociólogos, etnólogos e demógrafos não só estão despertos para o facto de que o custo efectivo da decisão de se ter filhos ultrapassa a perspectiva exclusivamente economicista, como, por outro lado, também passaram a incluir nas suas análises a avaliação subjectiva da paternidade como um factor positivo para o bem-estar do casal. Cf. François de Singly, “Problèmes, avec ou sans solution, posés par dix ans de recherche sur la famille”, in François de Singly *et al.*, *op. cit.*, 32 e 33.

¹⁵⁶ Cf. Carlos Fortuna, Claudino Ferreira e Paula Abreu, “Espaço público urbano e cultura em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 52/53, Novembro 1998/Feveiro 1999, 94.

mo.¹⁵⁷ A presença maciça do sexo feminino no mercado de trabalho, bem como os novos papéis que à mulher passaram a ser atribuídos em contextos sociais específicos – não só na família, mas também em locais de aprendizagem e formação, entre outros –, contribuíram, em larga escala, para que tal se verificasse. A aproximação gradual de poderes entre marido e mulher, traduzida na complementaridade de papéis conjugais, alterou e criou práticas no quotidiano das mulheres que passaram a exigir suportes físicos e geográficos à altura, local e globalmente falando.¹⁵⁸

Desde logo, são os espaços de consumo com cariz mercantil os que mais nitidamente reflectem essas novas práticas conjugadas no feminino. A feminização do trabalho acompanhou, de forma muito próxima e intensa, os processos de terciarização nas sociedades ocidentais – e Portugal é prova disto¹⁵⁹ –, acabando por fazer com que, em determinados serviços especializados, encontremos só mulheres a servirem apenas mulheres. Mas, à mulher que trabalha são feitas exigências de vária ordem; os efeitos de demonstração que gera e que sobre ela são gerados, introduziram-na, de imediato, na moderna cultura do consumo, onde a perseguição de um equilíbrio profissional, social, conjugal e emocional passa, entre outros aspectos, pela forma como cuida do seu corpo e pela imagem que dele consegue transmitir aos outros.¹⁶⁰ Quando transposta para o espaço, esta busca de significação social tem vindo a ser expressa pelo surgimento de lugares de consumo segmentados, quase “inibidores” da presença masculina (por exemplo, algum comércio de vestuário e determinados serviços de beleza), mas que não deixam de constituir apenas a “ponta do iceberg”. Outros lugares há que, muito facilmente, conseguem atrair as mulheres, colocando-as, por instantes, numa posição simétrica à dos homens, não sendo, porém, menos importantes do que os anteriores para a manutenção do eficiente desempenho dessa pluralidade de papéis femininos. É o caso daqueles equipamentos que jamais sobreviveriam exclusivamente à custa de uma faixa masculina, como os ginásios ou os estabelecimentos de restauração (alguns destes até vocacionados para o serviço de refeições ligeiras e de baixo valor calórico). Acrescente-se, ainda, a este conjunto os que,

¹⁵⁷ Independentemente da sua condição de utentes, repare-se no número cada vez mais elevado de mulheres que, na vida empresarial e política, ou mesmo dentro do funcionalismo público, têm sobre si a responsabilidade de tomar decisões que as transformam em importantes agentes de produção do espaço.

¹⁵⁸ Pensamos não constituir exagero essa “generalização territorial”. Basta pensarmos que os efeitos decorrentes da profissionalização da mulher são transversais a toda a organização social das sociedades modernas, desde o plano das relações familiares ao todo da vida social.

¹⁵⁹ Cf., entre outros, António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1999*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2000, 59-62 e Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa, “Processos de uma Modernidade inacabada – mudanças estruturais e mobilidade social”, in António Firmino da Costa e José Manuel Viegas (orgs.), *op. cit.*, (ver, em especial, 28-33).

¹⁶⁰ Se admitirmos que para a redefinição da feminilidade e para a mudança de determinadas normas (de indumentária, de alimentação, de cosmética, etc.), contribuiu, em grande medida, o facto da beleza feminina ter passado a ser encarada como um valor acrescentado em termos do mercado de trabalho, estaremos a reforçar a posição de Pierre Bourdieu quando este se refere às diferentes formas de combate à desclassificação social. Cf. Pierre Bourdieu, *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Éditions de Minuit, 1979, 169-171.

gradualmente, vieram substituir a “mulher doméstica”,¹⁶¹ como os “take-aways”, certos serviços de tele-encomenda, as lavandarias ou as creches, e temos já um leque, mais ou menos vasto, de exemplos de espaços especializados em bens e serviços que prosperaram na paisagem urbana local, quebrado que foi o princípio de que as práticas femininas de consumo jamais ultrapassariam as ligadas ao aprovisionamento do lar.

A progressiva modificação dos ritmos e dos modos de vida individuais e familiares tem sido também uma consequência do desejo evidenciado (e quase sempre concretizado) pela mulher de se tornar autónoma e participante nas decisões colectivas do agregado. Não foi, pois, apenas pela via do consumo que as alterações no universo feminino se fizeram sentir ao nível do espaço e, em particular, do espaço urbano. A sua entrada no mercado de trabalho e a gestão simultânea dos diversos papéis que lhe cabem, são, hoje, factores determinantes na definição de estratégias residenciais e na configuração de formas e cadências diferenciadas de mobilidade espacial ajustadas a cada membro do grupo doméstico e ao conjunto no seu todo.

No caso da escolha residencial, torna-se claro que a situação de actividade da mulher passou a pesar significativamente para o efeito, ainda que, dentro de um quadro familiar, não se trate apenas de fazer regredir a distensão entre o seu lugar de trabalho e o lugar de residência. Muitas vezes, o que está em jogo é um determinado modelo de divisão de tarefas conjugais. Basta pensarmos, por exemplo, num modelo de cariz mais equitativo e nas deslocações diárias que os pais fazem às escolas para levar e trazer os filhos, as quais são feitas, umas vezes, pelo pai e, outras, pela mãe. Num contexto deste tipo, a localização relativa da residência familiar acaba por surgir como uma variável-chave, conjuntamente com a localização, em separado, do lugar de emprego do marido e da mulher, do estabelecimento de ensino dos filhos mais velhos, da creche ou da casa da pessoa que tome conta do filho mais novo, etc. Isto é, surge como uma variável que, por ser altamente dependente do conjunto das outras, é capaz de reproduzir, na totalidade do sistema, os efeitos por ela recebidos, acontecendo o mesmo com as restantes. Mas quando o que está em causa é, pelo contrário, o chamado modelo tradicional, a tendência pauta-se por estratégias que visem a maior proximidade possível entre a residência familiar e o local de trabalho da mulher, para que esta possa dispensar mais do seu tempo aos filhos.¹⁶²

Mais visíveis e amplas foram – e continuam a ser – as implicações, em termos de mobilidade espacial, decorrentes da crescente integração das mulheres na vida activa. Em diversos momentos, a sociologia problematizou as ligações existentes entre mobilidade social e mobilidade geográfica, pelo que não será de todo descabido afirmar-se que a ascensão social e a cada vez maior mobilidade profissional que a mulher conheceu durante as últimas décadas, acabou por ter um impacto significativo não só nas migrações casa-trabalho, como nas deslocações ligadas ao lazer e aos tempos livres. Se, por um lado, a sua deslocação diária para os locais de emprego reforçou, decidi-

¹⁶¹ Sobre o impacto da actividade profissional das mulheres nas condições da vida familiar e maternal, cf. Remi Lenoir, “L’effondrement des bases sociales du familialisme”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 57/58, 1985, *maxime*, 87.

¹⁶² Cf. François Ascher, *Metapolis – Acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta Editora, 1998, 89 (*maxime* nota 38).

damente, o peso que os fluxos quotidianos de pessoas já tinham no quadro da mobilidade espacial, por outro, o aumento do nível geral de rendimento do agregado acabou por criar mais oportunidades da família, por exemplo, vir a fazer férias ou a passar o fim-de-semana longe do lugar de residência.

A partir do momento em que a mulher passou a percorrer distâncias que não fazia antes e a inaugurar, em conjunto com os homens, percursos nascidos com a ampliação da industrialização, mas, sobretudo, com a explosão do sector terciário, a sua condição de móbil ficou, para sempre, reforçada e associada a outra – a de activa. É óbvio que a intensidade, as direcções e os sentidos em que essas dinâmicas se processam, estarão sempre condicionadas por factores tão diversos que vão desde as características intrínsecas ao próprio sistema urbano (como seja a concentração geográfica de determinados sectores de emprego) até aos hábitos e preferências dos actores sociais, atravessando as localizações relativas dos lugares de emprego e de residência. Porém, a favor da mulher activa jogam variáveis tão importantes como a idade, a categoria sócio-profissional ou o rendimento. Pelo facto da feminização do trabalho, ter passado, nas últimas décadas, a andar de braço dado com a terciarização e, por conseguinte, com estatutos profissionais quase sempre correspondentes a um grau de qualificação médio ou alto (e aos quais não é alheio o progressivo aumento da escolaridade feminina), não parece forçado afirmar que a mulher, nestas condições e no que concerne à mobilidade, se encontra, hoje, numa posição privilegiada quando comparada com a que ocupava no passado.¹⁶³

Curiosamente, trata-se de um potencial que não está apenas ao seu serviço, à sua disposição, de forma individualizada, mas que tem consequências muito significativas para o quotidiano do agregado, sobretudo ao nível da mobilidade dos filhos mais novos. Além disso, se, por um lado, a mobilidade, enquanto condição urbana inevitável, provoca sensações efémeras e contrastantes nos indivíduos, desestabiliza, cria incertezas que são passíveis de se traduzirem em *ausências* e *distâncias*, muitas vezes é também uma forma daqueles se adaptarem, de sincronizarem diferentes ritmos e organizarem a sua vida, favorecendo *presenças* e *aproximações*, fora, mas também dentro, do meio familiar.¹⁶⁴

Recomposição familiar e redes de sociabilidade

Já, anteriormente, nos referimos ao importante papel que os filhos desempenham na apropriação e no uso dos espaços marcadamente comerciais ou de lazer e tempos livres, o qual não podemos dissociar da forma como a infância

¹⁶³ Esta afirmação, aliás, encontra-se compaginada na observação comumente aceite de que os quadros superiores apresentam uma maior propensão à mobilidade quando comparados com os operários (percorrem maiores distâncias casa-trabalho, hesitam menos nas migrações inter-regionais e nas viagens que tenham por objectivo, apenas, a sua satisfação pessoal, etc.). Cf. Guy Burgel, *La ville aujourd'hui*, Paris, Hachette/Pluriel, 1993, 76.

¹⁶⁴ Estamos conscientes de que a continuada exploração dos vectores *profissionalização feminina* e *mobilidade* remeter-nos-ia para questões tão afins como a dos transportes ou a das acessibilidades. Porém, em virtude da sua amplitude e complexidade, não se nos afigura nem possível nem obrigatória a discussão das mesmas num encontro e num texto com as presentes características.

é, hoje, encarada no plano afectivo-emocional. Trata-se de um papel – e dissemolo atrás – que, nalgumas situações de divórcio,¹⁶⁵ não sai fragilizado, mas antes reforçado, sobretudo quando é produto das referidas “estratégias de compensação” levadas a cabo pelos pais. De facto, se pensarmos que, após um divórcio, a criança passou a ter, por via mais ou menos litigiosa, o seu tempo dividido entre dois lares (formados por uma pessoa só ou por uma nova configuração familiar de maior dimensão), é de admitir que os pais tentem tirar o máximo partido desse mesmo tempo, proporcionando-lhe os chamados “momentos únicos”, não só passados dentro do espaço doméstico, mas também fora dele. Sozinha com o pai (ou com a mãe) ou na companhia dos outros “meios-irmãos” de uniões posteriores, a criança, em muitas situações e de forma mais ou menos regular, é levada a frequentar alguns espaços públicos e semi-privados que lhe são apresentados pela primeira vez, bem como outros que a atraem pela possibilidade de, ali e naquele momento, vir a repetir “boas experiências” passadas.

Porém, a apropriação social do espaço nem sempre é realizada segundo um processo “mecânico” e “espontâneo” que conduz o indivíduo, ou o grupo, a um destino certo e previamente pensado, como se poderia deduzir do exemplo atrás fornecido. Em diversos casos, faz-se através de um encadeamento de acções e de interacções, envolvendo, pelo meio, tempos e modos distintos de mediação. Por outras palavras, sempre que puxamos um dos fios que compõem as nossas redes de sociabilidade e de interconhecimento, ficamos sujeitos, entre outras vicissitudes, à possibilidade de usarmos o espaço, segundo formas diferenciadas e à margem do que eram os nossos objectivos de partida. Tanto mais que as sociabilidades têm espacialidades próprias. Se, por um lado, existem aquelas que, pelo seu próprio teor, são desde logo desencadeadas em contextos sócio-espaciais específicos, que não a família nem o espaço doméstico, por outro, é bom não esquecer as que têm como pólo difusor o lar e cuja propagação a outros níveis se encontra assegurada por vários tipos de relações (familiares, de vizinhança, de compadrio, etc.).¹⁶⁶

No campo exclusivo das relações interpessoais, com o crescimento que a taxa de divórcio conheceu nas sociedades ocidentais modernas, desde há algumas décadas a esta parte, e a emergência não apenas de um modelo de família recomposta, mas de uma multiplicidade deles, é de admitir que, à custa disto, muitas redes de sociabilidade sejam quebradas, outras tecidas de origem, e outras, ainda, pura e simplesmente retomadas. Enquanto elemento estrutural e estruturador destes novos formatos familiares, é novamente a criança que, muitas vezes, assume o protagonismo de tais dinâmicas, as quais, todavia, não devem ser vistas apenas como mudanças da ordem das relações sociais, mas inscrevendo-se também no plano espacial.

¹⁶⁵ Referimo-nos, sobretudo, às situações de recomposição familiar inscritas na chamada “lógica de perenidade” (a expressão é de Irene Thèry), ou seja, aos casos em que os ex-cônjuges optam pela manutenção dos anteriores laços de paternidade. Cf. Ana Nunes de Almeida *et al.*, *op. cit.*, 73 e 74, *maxime* nota 17.

¹⁶⁶ Grafmeyer esclarece-nos sobre essa *dualidade* sócio-espacial ao afirmar que “os modos de sociabilidade assim definidos variam segundo a posição no ciclo de vida, segundo o estatuto social, mas também segundo a configuração do agregado”, cf. Yves Grafmeyer, *Sociologie urbaine*, Paris, Éditions Nathan, 1994, 92. Adicionaríamos, ainda, a estes factores a mobilidade dos indivíduos e a possibilidade que esta lhes faculta de se posicionarem em círculos conviviais cada vez mais periféricos ao das relações de parentesco.

Há que concordar que uma criança, filha de pais divorciados e sob determinadas condições que lhe garantam a manutenção de laços estreitos e regulares com os dois progenitores e não apenas com a figura guardiã, tem sérias probabilidades de alargar a sua rede de conhecimentos. Provavelmente, mais do que teria com o pai e a mãe biológicos a viverem a situação de conjugalidade original, uma vez que quer os actores quer as redes em jogo passam a estar sujeitas a um expoente matemático de valor mais elevado. Num ápice e quase por efeito de arrastamento, a nova malha de relacionamentos de um dos progenitores expande-se até à do outro, pois como ajudam a recordar as autoras de um texto já anteriormente citado, a família recomposta deve ser situada numa rede familiar mais alargada.¹⁶⁷ Ao fim e ao cabo, afirmar que a família urbana contemporânea se encontra mais vulnerável ao rompimento conjugal, não significa necessariamente que, a partir daí, esta deixe de constituir um sistema de trocas – e, em particular, de trocas sociais.

Ora, num esquema de reciprocidade tão complexo como este, envolvendo elementos mediadores e figuras tão diversas como as que normalmente constituem as famílias recompostas, é natural que a sociologia se debata com balizas que não são apenas as das relações interpessoais. Do mesmo modo que, de um momento para o outro, já não estamos a lidar com o círculo das crianças, mas sim com o dos adultos, é também provável que, rapidamente, tenhamos de transpor as paredes do espaço doméstico em direcção a outros espaços com características muito diferentes entre si. E tomar estes espaços como ponto de partida para a análise de determinadas sociabilidades, para daí se chegar até aos laços familiares (ou fazer o caminho em sentido inverso), significa, em suma, combinar um encontro entre a sociologia da família e a sociologia urbana, ao mesmo tempo que é também uma forma de abrir algumas “caixas negras” em ambas as áreas.

É óbvio que nem este nem os restantes exemplos atrás utilizados, individualmente ou todos eles no seu conjunto, esgotam as relações que podem ser estabelecidas entre os diferentes modos de uso e apropriação do espaço urbano e as mais importantes dinâmicas registadas no universo familiar. Muito menos pretenderam, em momento algum, tomar a forma de quadros globalizantes, capazes de esgotarem a realidade e o todo da vida social, nunca deixando, por isso, de serem apenas pistas de análise, assentes numa leitura parcial e complementar de alguns fenómenos, tal como afirmámos no início. Caso contrário, seríamos duplamente incautos se acreditássemos que as mudanças verificadas na família nada têm a ver com os processos de evolução da sociedade global, ou que o espaço se restringe ao somatório das estratégias desencadeadas por indivíduos isolados e pelos conjuntos familiares; e seríamos definitivamente ingénuos se pensássemos que a maioria das pessoas divorciadas e com filhos está predisposta a relacionar-se com o colega de trabalho do actual companheiro, ou companheira, do seu ex-cônjuge. Seja como for, fica aqui dado o mote, como proposta de um aprofundamento futuro de algumas das temáticas em causa e, por isso, de um reforço no relacionamento entre estas duas – e, porventura, outras – especialidades.

¹⁶⁷ Cf. Ana Nunes de Almeida *et al*, *op. cit.*, 73.

Bibliografia

Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”. In António Firmino da Costa e José Manuel Viegas (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 45-78.

Ascher, François (1998), *Metapolis – Acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta Editora.

Barreto, António, (org.) (2000), *A Situação Social em Portugal 1960-1999*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Bourdieu, Pierre (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Éditions de Minuit.

Bourdieu, Pierre (1996), “Des familles sans nom”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 113, Juin.

Burgel, Guy (1993), *La ville aujourd’hui*, Paris, Hachette/Pluriel.

Dubois, Bernard (1999), *Compreender o consumidor*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

Fernandes, António Teixeira (1995), “Dinâmicas familiares no mundo actual: harmonias e conflitos”. *Análise Social*, Vol. XXIX (129).

Ferreira, Vítor Matias, Walter Rodrigues, José Luís Casanova, Alexandra Castro, Luís Wemans e Teresa Amor (1997), *Lisboa, a Metrópole e o Rio*, Lisboa, Bizâncio.

Fortuna, Carlos, Claudino Ferreira e Paula Abreu (1999), “Espaço público urbano e cultura em Portugal”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 52/53, Novembro 1998/Febrero 1999.

Grafmeyer, Yves (1994), *Sociologie urbaine*, Paris, Éditions Nathan.

Guerra, Isabel (1987), “A espacialização da vida social”. In *Povos e Culturas. A cidade em Portugal: onde se vive*, n.º 2, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (Universidade Católica Portuguesa).

Lenoir, Remi (1985), “L’effondrement des bases sociales du familialisme”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 57/58.

Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa (1998), “Processos de uma Modernidade inacabada – mudanças estruturais e mobilidade social”. In António Firmino da Costa e José Manuel Viegas (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 17-44.

Peixoto, João (1990), “O elogio da cidade”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 30.

Shorter, Edward (1995), *A formação da família moderna*, Lisboa, Terra-mar.

Singly, François de, et al. (1996), *La famille en questions. État de la recherche*, Paris, Éditions Syros.